



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **09/08/2018**

Aprovado em: **11/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.01.05>

O ☐ EDUCAR PARA A CONFORMIDADE ☐ COMO PARÂMETRO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
BRASILEIRA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

DEYVID BRAGA FERREIRA, JANE MARINHO DA SILVA, JOANA D<sup>ARC</sup> FERREIRA DE MACÊDO

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo demonstrar como a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), ao disseminar uma “malha curricular nacional”, obrigando todos os órgãos estaduais de segurança pública a formar seus profissionais com base nestes preceitos, “adestra” os policiais ao consenso, a padronização de comportamento, ocultando, ideologicamente, seus reais interesses. A metodologia utilizada para o desvelar de tal problemática será a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica será a da Análise do Discurso de vertente francesa, onde a categoria de estudos será a Formação Ideológica (FI). Os resultados mostraram que a “educação para o consenso”, é mais uma forma de manutenção do projeto de sociabilidade da classe hegemonicamente dominante, de forma a agudizar a estratificação social sentida no Brasil.

**Palavras – Chaves:** Educação para a conformidade. Ideologia. Análise do Discurso.

**ABSTRACT:** This article aims to demonstrate how the SENASP (National Secretariat of Public Security), by disseminating a "national curriculum", obliging all state public safety bodies to train their professionals based on these precepts, "trains" the police to consensus, the standardization of behavior, ideologically hiding their real interests. The methodology used to unveil this problem will be the qualitative research, with a bibliographic review. Our theoretical perspective will be the Discourse Analysis of French, where the category of studies will be the Ideological Formation (FI). The results showed that "education for consensus" is another way of maintaining the sociability project of the hegemonic ally dominant class, in order to sharpen the social stratification felt in Brazil.

**Key-Words:** Education for the Conformity. Ideology. Discourse of analysis.

**RESUMEN:** Este artículo tiene por objetivo demostrar cómo la SENASP (Secretaría Nacional de Seguridad Pública), al diseminar una "malla curricular nacional", obligando a todos los órganos estatales de seguridad pública a formar a sus profesionales con base en estos preceptos, "adiestra" a los policías al consenso, la estandarización de comportamiento, ocultando, ideológicamente, sus reales intereses. La metodología utilizada para el desvelar de tal problemático, será la investigación cualitativa, con revisión bibliográfica. Nuestra perspectiva teórica será la del Análisis del Discurso de vertiente francés, donde la categoría de estudios será la Formación Ideológica (FI). Los resultados mostraron que la "educación para el consenso", es otra forma de mantener el proyecto de sociabilidad de la clase hegemonicamente dominante, para agudizar la estratificación social sentida en Brasil.

**Palabras - Claves:** Educación para la conformidad. Ideología. Análisis del Discurso.

## 1. INTRODUÇÃO

É com preocupação que observamos o vertiginoso aumento da criminalidade em nosso país, desde a década de oitenta do século passado, até a primeira década desse século.

Hoje, o crime que mais se destaca nessa escalada de violência e que mais temor inflige à sociedade é o homicídio, ou seja, um tipo específico de delito que ceifa a vida de milhares de pessoas todos os anos em nosso país.

Conforme dados do mapa da violência 2012, realizado pelo instituto SANGARI (WASELFISZ, 2011, p.18-19), temos que das 27 Unidades Federativas (26 estados e 01 distrito federal), onde fazem parte as 27 capitais e os 5564 municípios, num lapso temporal de aproximadamente 30 anos, (do período de 1980 até 2010), o Brasil “salta” de 13.910 homicídios praticados em 1980, para 49.932 homicídios cometidos em 2010. Fazendo um rápido calculo matemático, chegaremos à percentagem de 259% de aumento, quase que quadruplicando o seu número, ou tendo um crescimento exponencial de 4,4%

em média por ano.

Procurando explicar esse índice, o governo, tanto federal quanto os estaduais, apresentam uma série de “desculpas” para justificar sua inércia, “alardeando” que fomentara várias políticas estaduais e federais que, ao eclodirem, notabilizam-se pela forte reprimenda estatal ao crime organizado, além de algumas ações pontuais dos governos estaduais (destacamos o estado do Rio de Janeiro), que começam a incutir no treinamento dos seus policiais, que o criminoso não é uma pessoa comum que pertence ao Estado, e que dele se afasta temporariamente porque delinque. Agora, o infrator da lei deve ser perseguido e abatido, pois é um inimigo[i].

O que podemos afirmar de acordo com os dados colhidos pelo trabalho do instituto SANGARI (WAISELISZ, 2011), é que mais de um milhão de pessoas, foi privado de seu direito mais básico – a vida. Em pouco mais de trinta anos, morreram vítimas da violência no Brasil exatos 1.091.125,00 (um milhão, noventa e uma mil, cento e vinte e cinco) pessoas foram assassinadas.

O governo federal inicia uma série de estudos e fomenta reuniões com representantes da área de segurança para apresentar sua própria solução, tendo em vista que os estados e municípios sempre estavam a lhe pedir ajuda quase sempre atribuindo-lhe a responsabilidade pela situação que estavam passando. A principal ação governamental é a matriz curricular nacional da segurança pública, que prioriza “a educação para o consenso”, de toda a força policial nacional, sendo tal documento pedagógico promovido pelo governo federal.

Entretanto, o que nos é velado neste discurso, é que as malhas curriculares de todas as academias de polícia no Brasil (civis e militares), além daquelas que são pertencentes aos CFPA’s (Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) pertencentes às Polícias Militares e Bombeiros Militares estão em “descompasso com a realidade” e precisam ser extirpadas.

Mas, será que no Brasil todo, nenhum dos 71[ii] planos pedagógicos estariam corretos. Seria isto, realmente, uma verdade

Buscando desvelar tal significação, é essencial possuímos uma metodologia que compreenda a língua além de um fenômeno estanque, homogêneo. É por isso que a Análise do Discurso é um caminho para a compreensão desta questão. Ela (a AD) não elege a língua, a gramática, ou qualquer enunciação monológica isolada ou quaisquer atos psicofisiológico de reprodução. Ela elege o discurso.

E o discurso, nada mais é que uma prática da linguagem, onde a palavra está em movimento, fazendo sentido, filiando-se e fazendo filiar-se a outros discursos e buscando inserir o homem no contexto sócio histórico de produção e reprodução de sua própria vida, como sujeito ativo e/ ou passivo de/ em uma comunidade.

Por isso buscamos subsídios na AD de vertente francesa, para podermos analisar os reais efeitos dessa “padronização dos procedimentos policiais” irá interferir ou não no seu agir, a fim de sejam evitadas quaisquer injustiças.

## **1. A “EDUCAÇÃO PARA O CONSENSO” DA SENASP**

### **1. A ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA**

A Análise do Discurso, fundada por M. Pêcheux apoia-se na perspectiva marxista, adotando como conceitos centrais sujeito, história e ideologia. É sua filiação ao materialismo histórico e dialético que oferecerá uma possibilidade de ruptura epistemológica com o atual quadro vigente das análises da língua, tributárias de Saussure. Essa teoria científica (o materialismo histórico) advoga que a evolução do ser humano não pode ser entendida desvinculando-se da economia da história. Ou seja, o estudo

das sociedades, em cada momento histórico (escravismo, feudalismo e capitalismo), deve ser atrelado ao estudo da situação econômica dada.

Para nós, o discurso é a língua posta em funcionamento por sujeitos inscritos em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde este se utiliza de um conjunto de signos e significações que estão a sua disposição, para manutenção e reprodução de sua vida em sociedade. É nesse sentido, que conforme fora demonstrado em Pêcheux, haverá uma tridimensionalidade epistemológica nas regiões de confluência: o sujeito, a história e a ideologia (Língua, História e Ideologia).

O discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, onde a ideologia é o caminho de sua constituição/ materialização, que “possui o poder de (re) significar o já dito é instituir uma nova memória discursiva”, uma vez que não é concebível sua “neutralidade ou pureza[iii]”.

É nesse sentido que não existe um novo (o discurso “inédito”). Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, a Educação para o Consenso, proposto pela SENASP, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a ideologia e as formações ideológicas.

## 1. IDEOLOGIA E FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS

Para Bakhtin (2006), em cada época, e, por ventura em cada grupo social constituído, ali existirão em seu repertório discursivo formas de comunicação que terão fundamentos não só sociais, mas, ideológicos.

Assumimos a tese de que o discurso é tridimensional, compreendendo em suas regiões: o sujeito, a história e a ideologia. Agora, para entendermos como essas categorias se relacionam no discurso, é interessante compreendermos dentro da perspectiva teórica da AD, o que é ideologia e o que são formações ideológicas, com base nos estudos de seu fundador, M. Pêcheux.

É assente que desde o seu nascimento, a significação de Ideologia tem passado por diferentes prismas teóricos, passíveis de variadas formas interpretativas[iv], que tanto podem remeter o leitor a uma perspectiva gnosiológica (Althusser), quanto a uma perspectiva ontológica (Marx e Lukács). Embora considere importante conhecer todas as diferentes acepções do termo, não nos ocuparemos disso nesse trabalho.

Iniciaremos com a perspectiva assumida por Pêcheux, em seus diversos ensaios frente à tentativa de “materializar” um conceito de ideologia que lhe desse suporte para a cisão com a linguística e propiciasse instrumentos científicos para a criação de uma ciência autônoma, a Análise do Discurso. Apropria-se inicialmente, dos conhecimentos de seu iniciador no Laboratório de Pesquisas da Universidade de Paris VIII – Louis Althusser.

Althusser[v], na sua obra Aparelhos ideológicos de Estado, no capítulo onde fala da “reprodução da força de trabalho[vi]”, busca traçar um perfil de como se concebe a sua produção e a reprodução (da força de trabalho).

Ela (a força de trabalho) será reproduzida através da contraprestação fornecida pelo empregador ao empregado, pela venda/ exploração de sua força de trabalho (salário), que será seu meio material de reprodução. É bem verdade que o salário é uma parcela “ínfima” paga a “força de trabalho” pelos seus gastos, para que este se reconstitua consumindo (educação, capacitação, alimentos, roupas, moradia...). Entretanto, afirma Althusser, (2003, p. 57).

Não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais de sua

reprodução para que se reproduza como força de trabalho. Dissemos que a força de trabalho disponível deve ser competente, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas num dado momento determina que a força de trabalho deva ser (diversamente) qualificada e, então, reproduzida como tal. Diversamente, conforme as exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes ‘cargos’ e ‘empregos’.

Essa qualificação dar-se-á de forma diferente ao quadro dos idos mais antigos. Antes se aprendia os ofícios e suas qualificações no próprio “*lócus*” de exploração. Hoje em dia, aprende-se na escola, as regras “que assegurem a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua prática”, de modo que os “agentes da divisão do trabalho” saibam exatamente seu local de trabalho (de comando ou de comandado) e de como se expressar e ser entendido.

É preciso, para que tal objetivo seja colimado, que o Estado disponha de mecanismos, de aparelhos para que seu “curral exploratório” mantenha-se sob o seu “cabresto”. Tais mecanismos são o Aparelho Repressivo do Estado (ARE[vii]) e o Aparelho Ideológico do Estado (AIE[viii]). Assim, a distinção que ficaria mais evidente é que o ARE tem seu papel nodal no uso da coação, enquanto que o AIE tem seu funcionamento vinculado à ideologia.

Diz Althusser (2003, p.70),

O aparelho (repressivo) do estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os valores por eles propostos. Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a escola, as igrejas moldam por métodos próprios [...] não apenas seus funcionários, mas suas ovelhas.

Dito isto, poderemos perceber que os ARE’s possuem a função precípua de garantir através da coação[ix] (física ou ideológica) a manutenção da ordem exploratória vigente, garantindo a continuidade política da força dominante onde o proletário subserve aos ditames da classe política elitizada vigente.

Mas, de que forma, em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde a dicotomia burguesia x proletariado, reina, conseguimos ter uma subserviência tão nítida, assente em nossa sociedade

Através das escolhas que são postas, diuturnamente aos indivíduos, onde sempre poder-se-á optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas. Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42).

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em

formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Cada Formação Ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas.

## 1. ANÁLISE DA MATERIALIDADE SÍGNICA

Será na palavra, em especial na palavra escrita, que encontraremos a ideologia representando o quanto valem seus locutores, sendo capazes de se mobilizar-se não através e apenas por si só, mas mobilizando toda a sua autoridade que a Instituição lhe confere.

E isso não é diferente na matriz da SENASP. Conforme Bakhtin (2006), todo signo é ideológico, porque reflete e refrata as relações sociais. Segundo Pêcheux (1995, p. 160), já anteriormente citado,

O sentido das palavras não pertence à própria palavra, não é dado diretamente em sua relação com a literalidade do significante; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Para que fique mais claro, imaginemos como a “educação para o consenso”, agindo nos ARE de forma a “planificar procedimentos e atitudes” seria colocado em prática num “teatro de operações[x]” policiais.

Numa bela manhã, em pelo centro de nossa capital está ocorrendo uma greve dos trabalhadores da saúde ou da educação que, após infrutíferas tentativas de negociação, organizam um ato de protesto contra o governo, em frente ao palácio. O governo, por sua vez, convoca um batalhão da Polícia Militar para reprimir os trabalhadores, impedindo a realização do ato. Ora, por que ser reprimido se estou exercendo/ exercitando meus direitos

Como vimos na citação de Pêcheux, esse enunciado pode expressar sentidos totalmente antagônicos. Na perspectiva dos trabalhadores, uma ação do ARE (Polícia Civil ou Militar) como prática de cidadania, atitude de justiça entre outros, seria garantir/salvaguardar aos trabalhadores a realização de seu ato. A segurança pública estaria assegurando aos trabalhadores o exercício de sua cidadania – o direito de lutar por seus direitos. Na perspectiva do governo, no entanto, o que se

espera é que os ARE (a segurança pública) reprima o movimento grevista, impedindo a realização do ato.

O agente de segurança teria “autonomia” para escolher Teria possibilidade de julgar quem estaria agindo com “intolerância”, uma vez que lhe cabe “repudiar qualquer forma de intolerância” ou essa autonomia estaria limitada a ações que o próprio Estado estabelece como adequadas

Com a panificação de seu modo de agir e reagir, cremos que não. É por aí que podemos perceber a ambiguidade do discurso oficial – fala-se em autonomia, mas dentro dos limites do que o próprio Estado permite.

Tal planificação do adestramento servirá apenas para garantir as prerrogativas do mais forte, ou seja, do Estado. É nesse sentido que a segurança pública deverá agir, para “convencer” mediante o uso da força e não para fazer justiça aos menos favorecidos socialmente. É por isso que embora a lei determine que todos são iguais, sabemos que as coisas não funcionam bem assim, porque a classe dominante sempre rege as práticas sociais e isso, na maioria das vezes, implica tolerar o intolerável e não tolerar o que deveria ser tolerado.

Outro dado peculiar é que a simples observância e implementação dos preceitos da Matriz (2009, p. 08), trarão “significativa mudança atitudinal em seus Agentes de Segurança”. O Agente de Segurança que fora historicamente alijado do seio social, que trabalha em condições precárias, recebendo um salário indigno deve possuir atitudes que estimulem a prática da “justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância”, como isso pode acontecer se ele próprio é injustiçado

O sentido de termos como justiça, cidadania, cooperação varia de acordo com o lugar social a partir do qual é enunciado. O que é fazer justiça diante de um pai de família, desempregado que entra em um supermercado rouba uma cesta básica para alimentar sua família

Na perspectiva positivista da lei, ele deve pagar pelo “crime” de apropriação do que não lhe pertence. Na perspectiva do desempregado é injusto deixá-lo passar fome, junto com sua família, enquanto uma minoria come até passar mal. No entanto, na perspectiva dos operadores da Lei a atitude “justa” de “respeito à lei” do agente de segurança, deverá ser a de punir o infrator, para proteger a propriedade privada. Igual reflexão deve ser feita com relação à “cooperação”. Cooperação com quem Com o Estado, com a classe dominante ou com a classe trabalhadora Como se pode ser cooperativo numa sociedade competitiva

Para responder essas questões, recorremos a Cavalcante (2007, p. 127), que assim se expressa.

Vale à pena lembrar que essa cooperação não é a cooperação de classes, geradora de conflitos, mas a cooperação justificadora do modo de produção capitalista, que dissimula/apaga a luta de classes, visando à integração e à coesão social entre as diferentes classes e grupos, independentemente das desigualdades existentes, pois, na perspectiva do capitalismo, a desigualdade é o motor do desenvolvimento individual.

É nesse sentido que o discurso da cooperação é atualizado pelo neoliberalismo e introduzido na Matriz Curricular, arregimentando saberes presentes nas sociedade capitalistas, a fim de manter a estratificação social.

É nesse sentido que podemos afirmar cada vez mais, os conflitos inerentes à luta de classes e os antagonismos sociais que hoje se apresentam no Brasil. De um lado as elites historicamente postas no comando da máquina pública, servindo-se, não só dos AIE, mas principalmente dos agentes de segurança inscritos no interior dos ARE para implementar seu projeto de sociabilidade. É importante

constatar a atualidade das reflexões de Marx & Engels (2006, p.46) quando assim se expressam,

A nossa época, [...], caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai dividindo-se em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.

Com isso, resta claro que as formações ideológica contidas na “educação para o consenso” possuem o objetivo de dissimular os conflitos de classe próprios do capitalismo, incutindo nos ARE uma pseudo autonomia, pois apesar de aparente “cristalinos” em concepção, tal situação mostra-se atravessada pela formação ideológicas do capital, que busca, a todo custo, reprimir uma consciência de classe e manter-se no poder.

## 1. CONCLUSÃO

Nossa sociedade, desde a sua colonização pelos portugueses, apresentou basicamente a miscigenação de três raças: o índio, o negro e o europeu. No norte e nordeste houve a prevalência de colonização dos negros e indígenas, enquanto que no sul e sudeste houve a prevalência dos europeus.

Desde o final da ditadura militar e início da democracia em nosso país, por volta do começo da década de oitenta do século passado, com a liberdade de imprensa, tomamos conhecimento, de forma mais nítida, dos graves contrastes e disparidades de emprego e renda que assolam o nosso povo, sem contar com a exacerbada concentração de renda nas mãos de poucos, e na disparidade dos baixos rendimentos que são ofertados para tantos. Mais uma vez, valemo-nos de Marx & Engels, (2007, p.80).

Cada nova classe estabelece sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que a da classe que até então dominava, mas, por outro lado, a contraposição entre a nova classe dominante e a não-dominante se agrava e se aprofunda cada vez mais.

Todo este quadro, que perdura de nosso descobrimento e vai até os dias atuais (ou seja, mais de cinco séculos), contribuiu para cada dia, aprofundar as relações de desigualdades sociais, provocando exponencialmente o aumento no número de miseráveis que, sem opção, lançavam-se a práticas de crimes, como única forma de se manter.

Tudo isto regado à ideologia neoliberal, que galopantemente aparecia na mídia para informar a população brasileira que o setor público inchado, sucateado, deteriorado... Seria o responsável direto por este quadro. A solução era propor um “enxugamento da máquina estatal”, de forma que ela fosse ágil como a iniciativa privada. Passados quase 30 anos da implementação de tais políticas, o povo ainda espera pelo milagre, vendido de forma financiada pela iniciativa privada aos contribuintes, mas ainda não quitado, colocando-se aí, conforme Marx & Engels, (2007, p.48).

No lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração [de forma] aberta, despudorada, direta e árida. A burguesia rasgou o véu do comovente sentimentalismo que envolvia as relações familiares e as reduziu a meras relações monetárias.

Entretanto, eis que agora vem a lume uma nova esperança.

Com a “educação para o consenso”, poderemos possuir polícias adestrados e bem treinados, que “agora” poderão combater o mal e todas as injustiças, pois temos uma nova matriz curricular, que assim nos ensina; sem precisarmos questionar. Ou seja, a força policial, que não é detentora dos meios de produção, não possui qualquer gerência dos recursos públicos, não pode fomentar políticas de distribuição da riqueza gerada no país, deverá “perceber-se como transformador da realidade social e histórica”, tendo o poder de “contribuir para a melhoria da qualidade de vida social, institucional e individual”. Diante desse novo quadro, fica implícito que se a criminalidade não diminui, é responsabilidade dos agentes policiais; não do Estado. Retira-se com isso toda responsabilidade do poder estatal e silencia-se que ele, o Estado neoliberal é o grande responsável pelo aumento da criminalidade, pelas razões já expostas.

Isso acontece por que o policial foi adestrado para isso, e deve cumprir com seu papel. Com isso, desloca-se toda a responsabilidade de mudança de seu ator principal, que é o governo, para um ator secundário, a força policial, que é mais visível é possível de ser encontrada pela sociedade. É mais fácil falar com um policial, ou com um chefe do executivo (municipal, estadual ou federal)

Por deter o monopólio das mudanças, será o Estado – e não o policial, pois não possui ingerência de mando alguma sobre a aplicação das verbas e dos programas de fomento sociais –, o detentor legítimo do monopólio de ator das mudanças sociais em nosso País. Isso ocorre porque toda e qualquer mudança atitudinal em escala nacional, vê-se diretamente subordinada à política e seu relacionamento com o Estado.

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples fato os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico (MESZÁROS, 2007, p. 27).

Também faz coro a esta assertiva, os desígnios de Marx & Engels (2006), quando falam que o objetivo da classe dominante será o de garantir que o poder permaneça com a classe politicamente dominante, a fim de perpetuar seu projeto de sociabilidade.

Cremos que demos os compromettimentos ideológicos da “educação para o consenso”, ao tempo em que concluímos com a seguinte questão: Em nossa atual sociedade, qual projeto de sociabilidade saiu vencedor

## 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. Tradução de Michel Lahud *et al.* São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. Situando a AD. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. **AD: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

COSTA, Ana Rita Firmino et al. **Orientações Metodológicas para Produção de Trabalhos Acadêmicos**. Maceió: EDUFAL, 2017.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira & VASCONCELOS, Susana Jimenez. **A natureza ontológica do pensamento de Marx**. IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI". Disponível em: .Acesso em: 17 de jul. 2018.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora ROCCO, 1997.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLLOWAY, Thomas H. **A polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K. **Política e polícia: relações Estados Unidos/ América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Publicado em 2006. Disponível em: >. Acesso em 20 de jul. 2018.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **História e consciência de classes: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 2 ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P.

Orlandi et al. 2 ed. São Paulo: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Remontemos de Foucault a Espinosa**. Tradução de Maria do Rosário Gregolim. 1977. Texto mimeo.

VAISMAN, Éster. **A ideologia e sua determinação ontológica**. São Paulo: Revista Ensaios, nº 17/18, 1989.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Instituto SANGARI, 2017.

[1] Para um maior aprofundamento, recomendamos: Direito penal do inimigo, de G. Jacob.

[1] O número 71 nasce da seguinte forma: possuímos 26 estados + o Distrito Federal, totalizando 27 entes em nossa federação. Cada ente, possui 03 forças de segurança (Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro Militar); que multiplicadas chegam ao total de 71.

[1] Pureza aqui é sinônimo de inocência. Pois a partir do momento que o discurso é externado, seu autor o faz de um lugar social para os ouvintes de outro lugar social, com base em suas próprias ideologias e convicções, fazendo censuras a sua externalização (ponderar sob o que pode ser dito e o que não pode ser dito).

[1] Para maior aprofundamento, ver: Abbagnano, 2007.

[1] Em seus estudos intitulados: Aparelhos Ideológicos de Estado.

[1] Para um maior aprofundamento, sugiro: NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo, Editora Cortez.

[1] São exemplos de Aparelhos Repressivos de Estado: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões...

[1] São exemplos de Aparelhos Ideológicos do Estado: Religião (diferentes igrejas), Escola, Família, Jurídico, Político, Sindical, de Informação (imprensa), Cultural...

[1] Por coação, entenda-se a possibilidade ou não do uso da coerção, da força. Esta (a força) pode ser de forma velada (ideológica – a simples presença da força policial ou do Exército já iria inibir qualquer atuação contrária ao regime) ou não (uso propriamente dito da força física, da repressão...).

[1] Por “Teatro de Operações Policiais”, o leitor deverá entender como qualquer local de ocorrência de um delito, ao qual a polícia é chamada para intervir.